

Residência Pedagógica: experiência de formação docente para uma educação antirracista

Pedagogical Residency: teacher training experience for anti-racist education

Residencia Pedagógica: experiencia de formación docente para la educación antirracista

Tamyris Proença Bonilha Garnica¹

Resumo

O presente artigo aborda a temática Educação e as relações étnico-raciais no contexto da formação inicial docente, a partir de uma experiência vivenciada no Programa de Residência Pedagógica, do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSP, no âmbito da educação infantil da rede pública de ensino. O programa tem por finalidade fomentar projetos institucionais, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura. Os estudantes (residentes) desenvolvem ações pedagógicas que abrangem desde a observação à regência, sob a supervisão de professores supervisores e orientadores. Foi em uma das experiências de regência que a questão étnico-racial foi abordada pelos residentes de modo enfático e problematizador, por meio da contação de histórias e do diálogo junto às crianças. Na ocasião, foram problematizadas as representações sociais sobre a cor de pele e seus padrões estéticos. É de fundamental importância que professores(as) sejam preparados(as) para identificar, denunciar e promover estratégias de resistência e desconstrução do racismo, além disso, que possam compreender o papel da escola nos processos de socialização e constituição de subjetividades étnico-raciais.

Palavras-chave: Educação Antirracista; Residência Pedagógica; Formação Docente.

Abstract

This article addresses the theme of Education and ethnic-racial relations in the context of initial teacher training, based on an experience in the Pedagogical Residency Program, of the Pedagogy Degree course at IFSP, within the scope of early childhood education in the public school system. The program is a program that aims to promote institutional projects, contributing to the improvement of the initial training of basic education teachers in undergraduate courses. The participating students (residents) develop pedagogical actions that range from observation to teaching, under the supervision of supervising teachers and advisors. It was in one of the teaching experiences that the ethnic-racial issue was addressed by the residents in an emphatic and problematizing way, through storytelling and dialogue with the children. On that occasion, the social representations of skin color and its aesthetic standards were problematized. It is of fundamental importance that teachers are prepared to identify, denounce and promote strategies of resistance and deconstruction of racism, in addition, that they can understand the role of the school in the processes of socialization and constitution of ethnic-racial subjectivities.

Keywords: Anti-racist Education; Pedagogical Residency; Teacher Training.

¹ * Pós Doutora em Educação – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora EBT – Instituto Federal De São Paulo (IFSP) campus Bauru, SP, Brasil. Endereço para correspondência: R. Severino Lins, Quadra 7 - Vila Aviação, Bauru - SP, 17018-600. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2993-1776> . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9257946096715734>. E-mail: tamyris.bonilha@ifsp.edu.br.

Resumen

Este artículo aborda la temática de Educación y relaciones étnico-raciales en el contexto de la formación inicial docente, a partir de una experiencia en el Programa de Residencia Pedagógica, de la carrera de Pedagogía del IFSP, en el ámbito de la educación infantil en el sistema escolar público. . enseñanza. El programa es un programa que tiene como objetivo promover proyectos institucionales, contribuyendo al mejoramiento de la formación inicial de docentes de educación básica en cursos de pregrado. Los estudiantes (residentes) participan y desarrollan acciones pedagógicas que van desde la observación hasta la docencia, bajo la supervisión de docentes supervisores y asesores. Fue en una de las experiencias de regencia que la cuestión étnico-racial fue abordada por los vecinos de manera enfática y problematizadora, a través de la narración de cuentos y el diálogo con los niños. En esa ocasión se problematizaron las representaciones sociales del color de la piel y sus estándares estéticos. Es de fundamental importancia que los docentes estén preparados para identificar, denunciar y promover estrategias de resistencia y deconstrucción del racismo, además, que puedan comprender el papel de la escuela en los procesos de socialización y constitución de subjetividades étnico-raciales.

Palabras clave: Educación antirracista; Residencia Pedagógica; Formación de profesores.

Introdução

O presente texto aborda a temática educação e as relações étnico-raciais no contexto da formação inicial docente, a partir de uma experiência vivenciada no Programa de Residência Pedagógica, do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSP, no âmbito da educação infantil da rede pública de ensino.

O Programa de Residência Pedagógica é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tem por finalidade fomentar projetos institucionais de residência pedagógica implementados por Instituições de Ensino Superior, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura. No programa, os estudantes participantes (residentes) participam e desenvolvem ações pedagógicas que abrangem desde a observação à regência, sob a supervisão de professores/as supervisores/as e orientadores/as. Foi em uma das experiências de regência que a questão étnico-racial foi abordada pelos residentes de modo enfático e problematizador, por meio da contação de histórias, contidas no livro "A Cor de Coraline", do autor Alexandre Rampazo (2017).

A problematização sobre as questões étnico-raciais na escola parte da problematização sobre a função social que a escola desempenha em um contexto de desigualdades e exclusão sociais. A escola não só reproduz o racismo existente na sociedade, mas também o produz a medida em que não são problematizadas as práticas e saberes que, cotidianamente, forjam subjetividades. Enquanto instituição que deve garantir o desenvolvimento amplo e integral dos indivíduos, numa perspectiva de humanização, destaca-se sua relevância no processo de enfrentamento do racismo, por meio da promoção das diferenças e da formação de cidadãos críticos, cientes de direitos civis, políticos e sociais. Dessa forma, é fundamental a reflexão

acadêmica sobre a atuação de mecanismos que corroboram para a produção e legitimação das desigualdades na sociedade e, especificamente no espaço escolar.

Neste contexto, a proposta deste texto é o de analisar os efeitos de um processo de intervenção pedagógica em torno da temática em tela, realizada por uma estudante do curso de Pedagogia do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), durante o programa Residência Pedagógica, junto a crianças da educação infantil de uma escola pública. As discussões decorrentes da experiência, aqui relatada, expressam a relevância social, política do tema, sobretudo, no âmbito da formação docente inicial. É de fundamental importância que professores e professoras sejam preparados/as para identificar, denunciar e promover estratégias de resistência e desconstrução do racismo, além disso, que possam compreender o papel da escola nos processos de socialização e constituição de subjetividades étnico-raciais. Se do ponto de vista da formação esses são grandes desafios, do ponto de vista social e político, enfrentá-los com o intuito de promover uma educação antirracista é de fundamental importância para a superação do racismo e da discriminação operantes na sociedade.

O racismo no contexto escolar: processos de subjetivação

A escola, enquanto instituição caracterizada pela socialização da criança, é o espaço onde as relações sociais e os processos de subjetivação deles oriundos ganham materialidade por meio das práticas, discursos e das distintas formas de funcionamento, diante do encontro das diferenças. Desde a mais tenra idade, as crianças aprendem, por meio destas relações, sobre as categorias sociais e o poder que as classifica e hierarquiza, ainda que não tenham consciência a respeito. Nas práticas cotidianas, moldam-se comportamentos e estruturam-se formas de agir que, se não refletidas, em uma sociedade desigual e racista, pode contribuir para o aprofundamento das exclusões sociais (Cavalleiro, 2005).

As várias situações que sustentam as relações diferenciadas entre as crianças na escola, mesmo as de caráter comunitário e/ou socioparticipativo, revelam a existência de padrões de socialização baseados em estereótipos sexuais, raciais e sociais que determinam, a priori, os lugares e os papéis que cada um deve ter e, por extensão, “os seus lugares” na sociedade (Nascimento, 2003).

Estudos como os de Hasenbalg (1987); Soligo (2001); Nascimento (2003); Gomes (2003); Cavalleiro (2005), entre outros, apontam para o silêncio presente no interior da escola em relação ao racismo e às desvantagens que as crianças negras sofrem na sociedade

brasileira. Os autores chamam a atenção para o fato de que tal silêncio não é neutro, uma vez que orienta para a definição de padrões, daquilo que é superior e inferior.

A invisibilização da cultura africana e afrobrasileira bem como a difusão de um imaginário negativo em relação ao negro são estratégias do discurso racista observada como forma de discriminação no interior das escolas, via livros didáticos e literatura infanto-juvenil (Pinto, 1999; Rosemberg 1998), atuante também em diversos espaços sociais, notadamente nos meios midiáticos. Dessa forma, o racismo manifesta-se não somente por aquilo que é dito, mas por tudo aquilo que silencia, isto é, um “racismo silenciado pela ideologia da democracia racial” (Munanga, 1996, p. 80).

A análise das desigualdades raciais deve ser realizada levando-se em conta os processos intraescolares que os/as alunos/as negros/as vivenciam em sua trajetória educacional, ou seja, implica reconhecer que o racismo opera de forma complexa e silenciosa dentro da escola, de modo que as relações operam na construção da identidade e na determinação da futura inserção dos/as alunos/as no mercado de trabalho.

As representações sociais da negritude difusas na sociedade contribuem na sedimentação de sentimentos de inferioridade e na legitimação da superioridade do branco. Sobre os efeitos do racismo no imaginário infantil, os estudos de Soligo e Wechsler, (2002), Abramovay e Castro (2006) e Jango (2017) apontam que as crianças negras revelam o desejo de alcançarem o modelo de criança branca, pele clara, cabelo liso, muitas vezes se comparando com os personagens das histórias infantis, reforçando a imagem que a criança negra faz de si, num movimento de negação de sua condição racial.

De forma estrutural, o ambiente escolar está impregnado de um racismo difuso, silencioso, fundamentado na cristalização das imagens negativas presentes no imaginário social, afetando especialmente o desempenho escolar dos/as alunos/as negros/as (Romão, 2001; Gomes, 2002; Cavalleiro, 2005; Veríssimo, 2005; Castro e Abramovay, 2006).

O racismo estrutural é, ao mesmo tempo, parte das macroestruturas e constituinte das microestruturas presentes no contexto escolar, naturalizado tanto nas relações sociais objetivas, quanto nas interações intersubjetivas, responsáveis pela formação das subjetividades. Seu mecanismo de ação vai desde a discriminação e segregação explícitas àquelas mais veladas, concernentes aos sistemas de apreciação moral e estética bem como às políticas institucionais (Cavalleiro, 2005).

Em outros termos, historicamente, o racismo estrutura as relações sociais dentro e fora da escola, nas esferas públicas e privadas, para além dos 400 anos de escravidão, tendo em

vista que preserva a “ordem social” sustentada em privilégios da branquitude por meio das desigualdades que produz e reproduz. Legitimado em discursos e práticas sociais, de forma naturalizada e normalizadora, manifesta-se na materialidade dos corpos e nas formas subjetivas de compreender a realidade (Gomes, 2002).

Faz-se necessário e urgente a implementação de práticas que, de forma explícita e cabal, desconstruam a ideologia racista e discriminadora que ainda domina a sociedade. Logo, escola e seus profissionais têm papel fundamental nesta luta, não havendo possibilidades para improvisado e desresponsabilização. É preciso, nos currículos, quebrar com os paradigmas eurocentrados, reestruturar igualmente as relações étnico-raciais e sociais, conferindo intencionalidade aos processos pedagógicos. “Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas” (Brasil, 2004, p. 6).

É essencial que professores/as desenvolvam a consciência crítica sobre a importância de desconstruir a centralidade e superioridade da visão europeia sobre as demais visões de mundo. Profissionais conscientes, mas, sobretudo, capazes de promover o enfrentamento do racismo e a valorização das diferentes culturas, em todas as suas potencialidades.

Se o que se almeja é a construção de uma educação, efetivamente, antirracista, que seja capaz de indagar as hierarquias étnico-raciais naturalizadas, nos discursos e práticas pedagógicas, é imprescindível reformular os processos de formação de professores/as (inicial e continuada em serviço) de modo a problematizar os mecanismos de atuação do racismo estrutural. Fornecer instrumentos para que os/as docentes analisem criticamente como as diferenças são convertidas, em desigualdades, na escola.

A existência de uma escola mais justa é dever do Estado e de toda sociedade, ainda que estes propósitos sejam desafiadores, posto que a formação docente, historicamente, é caracterizada pelo silenciamento da temática racial e produto da dominação branca; sob a égide do mito da democracia racial, as desigualdades são traduzidas como reflexo de outros problemas sociais, que não propriamente, o racismo.

O que revela e o que oculta a cor de um lápis?

Nenhuma criança nasce racista, mas, desde muito cedo é exposta a um contexto social e

cultural em que o racismo estrutural está presente, afetando, portanto, sua autoimagem e relação com o outro que a cerca. Conforme Vygotsky (1978), o desenvolvimento sociocultural da criança é afetado pelo meio que a cerca e as representações sociais que são compartilhadas em seu grupo, o que torna o papel da escola e dos educadores de grande relevância no combate ao racismo e na promoção de uma educação antirracista. Sob este enfoque e como parte das atividades de regência prevista no Programa Residência Pedagógica, uma das residentes desenvolveu a abordagem da temática, por meio da contação de histórias junto às crianças pequenas de uma escola de educação infantil do interior paulista.

Tal atividade consistiu em prática de regência, prevista no programa para ocorrer após a realização de atividades de observação e participação. Para tanto, foi estabelecido diálogo junto à professora regente de modo a elaborar o planejamento da aula de forma conjunta. Dentre os objetivos da regência, destaca-se a abordagem da temática racial a partir da literatura e contação de histórias, de modo a tornar lúdica a problematização do tema junto às crianças e levá-las a refletir sobre as diferenças e seus significados. A duração da atividade foi de aproximadamente 40 minutos, envolvendo 20 crianças na faixa etária entre 4 e 5 anos. Embora a aula tenha se encerrado no tempo descrito, a ação reverberou em outros momentos, nos dias consecutivos, quando as crianças rememoraram, em brincadeiras, partes da história e evocaram experiências pessoais relacionadas ao tema. Iniciou-se por meio de uma conversa, em que a residente mostrou às crianças diversas cores de lápis de cor e as questionou qual ou quais correspondiam à cor de suas peles. Muito rapidamente, as crianças identificaram os lápis bege, laranja e rosa como os mais adequados. Após, foi feita a leitura do livro "A Cor de Coraline", em que são problematizadas as diversas tonalidades de cor de pele, emergiram reflexões em torno da atividade anterior. Quando a residente repetiu a pergunta feita inicialmente, algumas crianças responderam que a cor do lápis podia ser qualquer uma, dependendo do personagem/pessoa a ser pintado/a, no entanto, algumas crianças apenas observaram, permanecendo em silêncio. Prosseguindo com a atividade, foi proposto que as crianças fizessem um autorretrato e, se desejassem, desenhassem também as pessoas com quem moravam.

Nesta ocasião, foi possível perceber as individualidades dentro o grupo, algumas crianças, incluindo as negras, fizeram desenhos que reproduzem estereótipos de pele, pintando-se com as cores bege e rosa e cabelos liso. Uma experiência marcante durante essa atividade foi o comentário de uma menina negra que participava, expressando o desejo de ter o cabelo igual ao da sua professora, que era loira, branca e de olhos azuis. Ela disse: "- Quando eu crescer, vou pedir para minha mãe me levar ao salão de beleza, para poder raspar meu cabelo e fazer várias

tranças de cor dourada no lugar para ficar bem bonito".

Mesmo após diversas tentativas de elogiá-la pelos cachos naturais de seu cabelo, ela persistiu no desejo de ter um cabelo liso e loiro. Em seu autorretrato, ela se representou como uma menina branca, com cabelo liso, e pintou-o de cor rosa.

A referida situação revela as relações de poder e de dominação se materializam nos corpos das crianças, tal como afirma Gomes (2022, p. 174): “o corpo é um símbolo explorado nas relações de poder e de dominação para classificar e hierarquizar grupos diferentes. [...] o corpo é uma linguagem e a cultura escolheu algumas de suas partes como principais veículos de comunicação. O cabelo é uma dessas partes”.

Para desconstruir o racismo, é preciso ir além da abordagem pontual do tema. Datas comemorativas, eventos ou mesmo atividades isoladas sobre a questão racial não são suficientes para desestabilizar processos subjetivos que desqualificam a representatividade negra. É preciso reconhecer que as crianças negras estão imersas em uma sociedade excludente e racista, que lhes comunica o tempo todo sobre seu ‘lugar’ social e o valor de seus atributos físicos, numa escala comparativa, depreciativa, com as crianças brancas. Logo, produzir discursos e práticas antirracistas, de modo eventual, pouco repercute na promoção de representações sociais que valorizam a negritude, pois competem com a produção cotidiana, habitual e naturalizada de representações que a desqualificam.

A escolha de um lápis de determinada cor não se dá de forma aleatória e/ou neutra. Associar cores com tonalidades claras à pele humana, inspira a noção de verdade, fato, natural. E a naturalização é mecanismo de dominação, de difusão de ideologia e, portanto, manutenção de hierarquias sociais. Os lápis escolhidos pelas crianças para representar as cores de pele bem como outras características que compuseram seu autorretrato, refletem representações sociais circulantes na sociedade, que apagam as diferenças em favor da ideologia de branqueamento e promovem a desvalorização da população negra, o que desvenda os riscos que emergem das significações de um lápis.

Pesquisas sobre a temática afirmam a reprodução do racismo no cotidiano das escolas (Cavalleiro, 2005; Jango, 2017; Ferraço; Soares; Alves, 2018). Kilomba (2019, p. 79) discorre sobre as formas de manifestação do como o racismo:

[...] vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como ‘Outra/o’ - a diferença contra a qual o sujeito branco é medido - mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca.

Cotidianamente, muitas crianças negras são expostas a situações de constrangimento e

sofrimento que dificultam a construção de uma autoimagem, tendo em vista a qualidade das relações estabelecidas com seus pares. As diferenças são produzidas e hierarquizadas nas relações com o outro, por meio de mecanismos de identificação e/ou diferenciação. Os marcadores sociais, tais como: étnico-racial, gênero, identidade religiosa, urbana ou rural e outras, constituem os processos de elaboração das subjetividades de indivíduos e grupos, em meio à tensão e aos conflitos inerentes às relações de poder. Outrossim, os conhecimentos, as culturas, as histórias e os modos de existir impulsionam a construção de representações sociais positivas sobre ser negro/a e na infância.

Por conseguinte, a escola, ao não se posicionar crítica e contrária ao racismo, refletindo acerca dos efeitos e das forças decorrentes dos seus modos de funcionamento, currículos e relações, age como dispositivo legitimador da cultura branca dominante, tal como denunciado por Cavalleiro (2005, p.99):

de modo silencioso, ocorrem situações no espaço escolar que podem influenciar a socialização de crianças, mostrando-lhes, infelizmente, diferentes lugares para pessoas brancas e negras. A escola oferece aos alunos, brancos e negros, oportunidades diferentes para se sentirem aceitos, respeitados e positivamente participantes da sociedade brasileira.

Os lápis de cores, os desenhos, as conversas em torno deles, retratam alguns dos elementos que compõem cotidianamente as relações nas escolas, dos quais decorrem redes de significados subjetivantes (Braga; Silva; Medeiro Neto, 2023). Assim, em uma caixa de lápis de cor é possível identificar uma multiplicidade de representações que revelam padrões de beleza, referências culturais e comportamentais e outros dispositivos agenciadores que constituem o imaginário social.

As crianças, desde muito pequenas, entram em contato com representações sociais negativas em relação à negritude sob a égide da branquitude, sendo expostas a processos de subjetivação que constituíram suas identidades e sentimentos de (des)pertencimento racial. Outrossim, as subjetividades das crianças são desenvolvidas nas tramas do racismo, sustentado por suas raízes históricas, políticas e culturais, que seguem reproduzindo padrões hegemônicos, relações colonizadoras e produzindo desigualdades.

As infâncias, como fenômeno histórico e cultural, são vivenciadas pelas crianças de modos distintos, constituídas por atravessamentos oriundos de marcadores sociais da diferença. Conforme Akotirene (2019), a intersecção entre a raça e demais marcadores sociais pode resultar em processos de dominação estruturalmente consolidados, que passam medias as experiências de vida dos sujeitos.

Todavia o racismo seja produzido e reproduzido na/pela escola, o contexto escolar

consiste em potentes formas de produção de resistências, de corpos rebeldes, de estratégias de produção da vida em sua forma inédita e abrupta, os quais impulsionam forças que abrem novas possibilidades de existência, que escapam ao controle.

Do ponto de vista estrutural, nas últimas décadas, tem-se avançado quanto à legislação em prol de uma pedagogia antirracista, sobretudo pela pressão de movimentos sociais que buscam pela ruptura com a hegemonia, principalmente em âmbito educacional, como a implementação da Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, proveniente das mobilizações dos Movimentos Negros e que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana pelas instituições de ensino. Contudo, ainda há um hiato entre o que problema a lei e o que se pratica no interior das escolas.

Os lápis de cores, os olhares, as formas de nomear e de endereçar, a composição e ocupação dos espaços, dentre outros, compõem a trama das relações escolares que, por emanarem forças sobre os indivíduos de modo a interferir em seus processos subjetivos e nos comportamentos, tem a potência, ao mesmo tempo, de produzir e/ou desconstruir o racismo.

A tentativa de mascarar, esconder ou embranquecer qualquer sinal de pertença da negritude é sim uma prática racista. Prática esta encontrada de forma sutil em várias condutas e discursos escolares, uma delas é recorrência em determinar que a cor ideal para colorir as figuras humanas, ou melhor, o lápis mais adequado é um lápis rosa claro, comumente chamado por todos no espaço escolar de lápis cor de pele (Pestana, 2021, p.3).

O denominado lápis cor de pele expressa a materialização naturalizada do racismo no universo escolar, produzido por repressões estéticas, históricas e culturais disseminadas estrategicamente pelo ideal de branqueamento. Diante disso, é de fundamental importância que a formação de professores/as seja locus de reflexão acerca das relações étnico-raciais de modo que os futuros docentes possam exercer, com criticidade e conhecimento, formas de indagação desta realidade, propondo ações que fragilizem a estrutura de dominação das infâncias negras, tendo em vista a consolidação de uma pedagogia antirracista e democrática.

Neste sentido, o docente é aquele responsável por promover a desnaturalização de situações cotidianas que afetam negativamente as subjetividades infantis, por meio de: problematizações em rodas de conversa; desenvolvimento, nas crianças negras, do sentimento de pertencimento à escola; seleção de histórias e materiais que ilustrem possibilidades de subversão da dominação estética e cultural e que valorizem a representatividade negra, dentre outras estratégias de combate ao racismo e às opressões que produzem os corpos negros, na perspectiva de valorização de saberes e sujeitos. Conforme defende Grada Kilomba (2019), tornar-se sujeito implica se reconhecer como produtor e protagonista de sua narrativa, e,

consequentemente, ativo na produção de sua subjetividade.

Ao contrário do que propõe uma proposta de educação antirracista, reafirmar que um lápis cor de rosa claro ou bege determina a ‘cor de pele’ revela um regime de verdade em que há um modelo único de sujeito, inibindo e eximindo as infâncias negras do contexto escolar e social, com repercussões na produção de subjetividade de todas as crianças, pautada na hierarquização das referências estéticas.

Prezar pelo desenvolvimento de estratégias para superar o racismo na escola, tem por finalidade a valorização da vida digna de todos os sujeitos, a partir do reconhecimento positivo de si e do outro. Um lápis não é só um lápis, pois os significados em torno de sua utilização revelam processos de dominação e poder ao mesmo tempo em que silenciam formas outras de existir. A ampliação das possibilidades de diferentes cores de lápis referenciam diferentes tons de pele impulsiona o sentimento de pertencimento daqueles que foram apartados do meio social embranquecido, conferindo legitimidade aos diferentes modos de ser e existir.

Formação docente: possibilidade para a construção de uma pedagogia antirracista

Conforme já problematizado nos tópicos anteriores, a escola tem sido um espaço em que a reprodução do racismo e o silenciamento das desigualdades são cada vez mais frequentes, embora este deveria constituir locus privilegiado para discutir e refletir sobre essas questões, contribuindo, a partir de uma educação antirracista, para uma sociedade mais democrática e igualitária. Para tanto, torna-se igualmente necessário investir na formação de professores/as de modo que identifiquem criticamente o racismo que constitui as relações escolares, que o compreendam como fenômeno estrutural e estruturante, não apenas como questão circunscrita à população negra e aos povos indígenas, mas pertencente ao conjunto da sociedade brasileira – especialmente à branquitude, que não coloca seus privilégios em questão.

Se ao contrário, os/as docentes não estão preparados/as para realizar uma leitura crítica da realidade, há grandes chances de naturalizar violências e despersonalização do sujeito negro. O/a professor/a que não foi formado/a para trabalhar com a diversidade direciona o processo pedagógico de forma a homogeneizar os/as alunos/as, criando padrões de comportamento, em uma postura etnocêntrica e singular. as práticas discriminatórias e a crença em um padrão único de comportamento, de ritmo de aprendizagem, de experiência não condizem com uma visão e uma prática pedagógica que perceba o outro a partir de suas semelhanças e diferenças. A ideia

de padronização dos sujeitos implica no entendimento das diferenças como “desvio”, “patologia”, “anormalidade”, “deficiência”, “defasagem”.

Tais constatações são evidenciadas nos estudos de Cavallero (2000), em que é possível compreender como a cumplicidade de pais e professores/as no silêncio sobre as ideias e atitudes racistas reforça o sentimento de inferioridade da criança negra. Devido a tal silenciamento, muitas vezes, os/as alunos/as negros/as não se percebem como vítimas desse processo ou passam a acusar a própria população negra de perpetuá-lo (Cavalleiro, 2005).

A partir de uma pesquisa desenvolvida numa instituição de educação infantil, Oliveira e Abramowicz (2010) abordaram a importância de desenvolver no/a professor/a uma postura crítica sobre a prática pedagógica e as repercussões desta na autoestima das crianças. O estudo teve como objetivos observar as práticas educativas presentes na creche e constatar as maneiras como tais práticas produzem e revelam a questão racial. Identificou que as práticas das professoras revelaram um tratamento diferenciado entre crianças brancas e negras, isto é, as crianças brancas eram as mais “papricadas” pela professora, enquanto 57 que as crianças negras eram excluídas desta atenção. Em diversas situações as professoras evitam o contato físico com os/as alunos/as negros/as e os elogios de ordem estéticos eram, na maior parte, dirigidos aos/as alunos/as brancos. Apesar da rejeição, o discurso das professoras negou qualquer tipo de diferenciação entre as crianças, reafirmando o discurso da igualdade entre todos. Além disso, as autoras realizaram uma análise sobre os estudos que abordam a relação da criança negra com a escola durante os anos de 2000 a 2007 e constataram que os/as alunos/as negros/as enfrentam maiores obstáculos na trajetória escolar, sendo os que apresentam consideráveis taxas de evasão e repetência. Em relação ao racismo na educação infantil, diversos autores chamam a atenção para o fato de que, é nesta fase, que as crianças elaboram e internalizam as concepções presentes no imaginário social, o qual defende uma cultura predominantemente branca e a desvalorização da população negra.

Outra pesquisa de grande relevância foi desenvolvida por Jango (2017), quando investigou as representações sociais das crianças negras sobre a escola. A autora evidenciou a necessidade de se discutir a cultura escolar como fonte importante na construção das identidades de meninos e meninas, seja na reprodução de estereótipos e discriminações de gênero, raça e classe, seja na construção de relações mais igualitárias. Além disso, confirma a hipótese, segundo a qual, no âmbito da escola a classificação racial das crianças não está relacionada apenas a características físicas e ao status socioeconômico, mas também ao desempenho escolar, com uma associação, por parte das professoras, entre pertencimento ao

segmento negro e problemas de desempenho.

Sob a égide do discurso da igualdade, a escola acaba por silenciar a cultura negra, um silêncio que remete à inexistência e não apenas ao ato de calar-se ou omitir, de modo a mascarar e corroborar com as práticas de discriminação racial. Sobre os impactos do racismo no campo das subjetividades, Cavalleiro (2005) ressaltou que, já na educação infantil, as crianças brancas tendem a revelar um sentimento de superioridade em relação ao outro diferente, assumindo, muitas vezes, atitudes discriminatórias e ofensivas em relação às crianças negras; dessa maneira, as crianças pequenas, brancas e negras, passam a atribuir caráter negativo à cor da pele.

Nessa perspectiva, Gomes (2002) chama a atenção para as condições materiais que viabilizam a produção do racismo na escola, por meio das práticas e do currículo. A partir dessa denúncia, defende a legitimidade da introdução obrigatória do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas da educação básica, uma demanda que:

[...] exige mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade (Gomes, 2002, p. 100).

A rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, reafirma a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (Gomes, 2002)

Num contexto social, em que as diferenças raciais significam desigualdade de oportunidades “ao silenciar, a escola grita inferioridade, desrespeito e desprezo” para uns (negros/as) e, conseqüentemente, superioridade, respeito e valorização para outros (brancos/as).

Um projeto educacional que se pretenda antirracista se atenta às condições materiais e formas de funcionamento institucional necessárias para que as relações interpessoais sejam respeitadas, com valorização, contrária ao apagamento, das diferenças. Uma escola em que todos/as se sintam pertencentes e representados positivamente, a partir do reconhecimento e acolhimento de sua história e cultura, com erradicação dos sentimentos de superioridade e de inferioridade.

Evidencia-se, portanto, a importância das reflexões tecidas a partir da experiência vivenciada no contexto da formação inicial de professores/as. Os residentes envolvidos com esta e outras experiências similares tiveram a oportunidade de refletir criticamente acerca dos

mecanismos de produção e reprodução do racismo na escola. Elaboraram intervenções pedagógicas sob a orientação de um preceptor (professor/a da escola) e com o apoio dos/as professores/as do IFSP, tendo como base a problematização e teorização de questões advindas das observações e registros elaborados a partir do cotidiano das escolas em que atuaram. Entendendo a formação a partir do movimento de práxis, defende-se a importância de proporcionar experiências formativas para os futuros/as professores/as, no âmbito das escolas, isto é, no campo da prática docente de modo a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente.

Considerações Finais

A estigmatização da população negra no imaginário social, difundida por discursos de poder sob uma perspectiva ocidental e etnocêntrica, naturaliza a inferioridade do negro em relação ao branco, percebido como desprovidos de conhecimento, história e cultura. Logo, a abordagem e valorização dos conhecimentos/história de origem africana e afro-brasileira é imperativo para a construção de uma sociedade mais justa em que os direitos sociais são promovidos e preservados.

A vasta literatura sobre as relações raciais afirma que os processos de exclusão do negro operam por meio de opressões estruturais que se manifestam em meio aos currículos praticados e às relações, desde a seleção e uso de determinado vocabulário, imagens, gestos e ações que destinam ao negro o lugar no 'outro', do 'diferente', na relação com o branco, constituído no campo na normalidade.

Na escola, a abordagem desta temática não é de interesse apenas de crianças negras, mas, de todas as demais, pois, como locus de produção e reprodução do racismo, nela são disseminados preconceitos e representações sociais que afetam os processos de subjetivação daqueles que a compõe. Crianças que crescem em meio a uma cultura pautada em representações negativas da negritude e representações positivas do branqueamento, estarão expostas e vulneráveis aos mecanismos do racismo, estruturando-se psicologicamente, em torno das premissas disseminadas pela colonialidade. Assim, as relações étnico-raciais devem ser problematizadas desde o início da escolarização, a fim de promover uma pedagogia antirracista, geradora de novas subjetivações na perspectiva da valorização das diferenças e desconstrução de estereótipos, tornando a escola como um espaço no qual a crianças encontrará diferentes culturas, subjetividades, formas de ver o mundo e agir sobre ele.

Dentre os principais fatores que contribuem para a perpetuação do racismo na escola estão, além do currículo escolar, o despreparo dos/as profissionais da educação para abordar a temática na perspectiva da promoção das diferenças e valorização da representativa negra.

O conjunto de estudos, aqui abordados, reafirma o quão imprescindível é a formação de professores para as relações étnico-raciais, pautada na produção de saberes e na valorização da história dos povos africanos, da cultura afrobrasileira e da diversidade na construção histórica e cultural do país, colaborando no enfrentamento das diferentes formas de preconceito, a fim de promover uma sociedade justa e democrática.

Formação, inicial e continuada, que prepare os/as docentes para desenvolver um olhar sensível e teoricamente informado sobre o tema. Para além do avanço na legislação antirracista, é preciso que cada professor/a consiga reconhecer, em seu cotidiano, o racismo estrutural, desde as relações macroestruturais àquelas micropolíticas que afetam os processos mais íntimos dos sujeitos, com repercussão na constituição das identidades, individuais e coletivas. A experiência relatada neste texto, vivenciada durante o Programa Residência Pedagógica, ilustra a importância da formação de professores/as para a construção e consolidação de uma pedagogia antirracista. Defender a formação docente na perspectiva da pedagogia antirracista implica instrumentalizar o/a futuro/a docente para promover ações que promovam a valorização da representatividade negra em uma sociedade que, historicamente, ensina, desde a tenra infância, que para alguns serem aceitos é preciso negar-se a si mesmo, borrar os traços que o diferenciam no ideal de branquidão. Eis um desafio a ser enfrentado por todos(as) brasileiros(as)!

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. **Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em Nome da Igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145993por.pdf>

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRAGA, A.; SILVA, I.; MEDEIROS NETO, R. Literatura Negra na Escola: possibilidades para pensar gênero, raça e classe no ensino de ciências. **Revista Ensino em Debate**, Fortaleza, v. 2, p. e2024004, 2024. Disponível em: <https://revistarede.ifce.edu.br/ojs/index.php/rede/article/view/16>. Acesso em: 8 abr. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004, que institui **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2004. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12760. Acesso em 6 set. 2023.

CAVALLEIRO, E. S. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil**. São Paulo: Contexto, 2005.

FERRAÇO, C.; SOARES, M.; ALVES, N. **Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

GOMES, N. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução dos estereótipos ou resignificação cultural. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 40-51, set./out./nov./dez. 2002.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

JANGO, C. **Aqui tem racismo: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2017.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP, 1996.

NASCIMENTO, E. L. **Sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

OLIVEIRA, F.; ABRAMOWICZ, A. Infância, raça e "paparicação". **Educação em Revista**, v. 26, n. 2, p. 209–226, ago. 2010.

PESTANA, C. V. **Não existe lápis cor de pele! A construção da identidade negra na literatura infantil**. Literafro. Belo Horizonte, 2021.

PINTO, R. P. Diferenças étnico-raciais e formação do professor. **Cadernos Pesquisa**, n. 108, p. 199 - 231 nov. 1999.

RAMPAZO, A. **A cor de Coraline**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

ROMÃO, J. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. In: **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. Cavalleiro, E. (Org) São Paulo: Summus, 2001, p. 101-128.

ROSEMBERG, F. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, J. G. (Org). **Diferenças e preconceitos nas escolas: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998, p. 73-97.

SOLIGO, A. F. **O preconceito racial no Brasil: análise a partir de adjetivos e contextos**. Campinas, 2001.

SOLIGO, A. F.; WECHSLER, S. M. **Crianças negras e professoras brancas: um estudo de atitudes**. Escritos sobre Educação. Brasília: Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira, n.1,

dez. 2002.

VERÍSSIMO, R. **Negros reafirmam discriminação na classe média, mesmo possuindo igual padrão de consumo.** São Paulo: Agência USP de Notícias, 02 de junho de 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Submetido em 01 de janeiro de 2025.

Aceito em 04 de abril de 2025.

Publicado em 14 de abril de 2025.